



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8/2015

Institui a Região Metropolitana de Pombal/PB e determina providências correlatas. **PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE.**

AUTOR : Dep. Janduhy Carneiro

RELATOR: Dep. Hervázio Bezerra

P A R E C E R Nº 389/2015

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei Complementar nº 8/2015**, de iniciativa do excelentíssimo senhor Deputado *Janduhy Carneiro*, que ***"Institui a Região Metropolitana de Pombal/PB e determina providências correlatas."***

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em exame, da lavra do excelentíssimo Deputado *Janduhy Carneiro*, tem por objetivo instituir a região metropolitana de Pombal/PB, integrada pelos municípios de Pombal/PB, Paulista/PB, Lagoa/PB, São Domingos, São Bentinho/PB, e Cajazeirinhas/PB.

O autor, na justificativa, alega que a proposição tem por objetivo contribuir com a solução de questões públicas de interesse comum.

Inicialmente, cumpre-nos ressaltar que a criação das regiões metropolitanas é prevista no § 3º do artigo 25, veja-se:

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Pois bem, esta proposição tem por fim apenas instituir a região metropolitana de Pombal/PB, incluindo os municípios que determina, de maneira que percebo que, por estar sendo veiculada por Lei Complementar, atende todos os requisitos constitucionais. Outro não é o entendimento do STF:

"Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, microrregiões. CF, art. 25, § 3º. Constituição do Estado do Rio de Janeiro, art. 357, parágrafo único. A instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, depende, apenas, de lei complementar estadual." (ADI 1.841, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 1º-8-2002, Plenário, DJ de 20-9-2002.)

Ainda, a União, com base nos incisos XX do art. 21, IX do art. 23 e I do art. 24, no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal, editou o Estatuto da Metrópole, veiculado através da Lei Nacional nº 13.089/2015, que, através do seu artigo 3º, veiculou o mesmo texto da constituição federal, veja-se:

Art. 3º Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Assim, entendemos que esta matéria, por atender o que determina a Constituição Federal e a Legislação Nacional é formal e materialmente constitucional, e juridicamente válida.

Nestas condições, opino, seguramente, pela **constitucionalidade e juridicidade** do **Projeto de Lei Complementar nº 08/2015**, na sua forma original.

É o voto.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2015.


DEP. HERVÁZIO BEZERRA
Relator



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do Senhor Relator, opina pela **constitucionalidade e juridicidade** do **Projeto de Lei Complementar nº 08/2015**, na sua forma original.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2015.


DEP. ESTELA BEZERRA
Presidente

Aprovação Pela Comissão
no Dia 12.11.15


DEP. JANDUHY CARNEIRO
Membro


DEP. RICARDO BARBOSA
Membro


DEP. HERVÁZIO BEZERRA
Membro

DEP. OLENKA MARANHÃO
Membro

DEP. MANOEL LUDGÉRIO
Membro


DEP. CAMILA TOSCANO
Membro